**PROJETO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA DO COMITÊ REGIONAL PARA A CONFERÊNCIA REGIONAL – 2019**

A linha política geral deste Plano de Ação está baseada na nova orientação tática aprovada pelo Congresso Nacional Extraordinário do PCdoB e da atualização política da situação do país e do mundo e das tarefas dos dirigentes e integrantes do partido, de acordo com a Resolução Política da 6ª Reunião do Comitê Central, contida no documento “*Fortalecer e ampliar a oposição a Bolsonaro. Defesa da democracia é o eixo da unidade*”.

A orientação tática tira consequências da situação do mundo e da nova situação nacional criada com a vitória da extrema-direita e da ameaça à democracia, aos direitos sociais e sobre os fundamentos da própria Nação. O Brasil corre grande risco de viver retrocessos civilizatórios incomensuráveis se prevalecer a orientação da extrema direita à frente do governo.

Com pouco mais de oito meses de governo, o governo Bolsonaro se confirma como uma ameaça ao regime democrático e o país segue conflagrado e em crise. Diante da determinação do presidente de governar afrontando a legalidade constitucional e impor um retrocesso civilizacional, amplia-se na sociedade o rechaço à escalada autoritária.

**BOLSONARO É INIMIGO DA DEMOCRACIA, CARRASCO DO POVO E TRAIDOR DA PÁTRIA!**

O presidente impôs – sobre um governo de polos e alas – seu poder. Ataca o Congresso, o Supremo Tribunal Federal, e também a imprensa. Afronta a todo momento a Constituição Federal. Usa o poder da Presidência para perseguir jornalistas, governadores, e retaliar democratas e patriotas. Quer impor um Estado autoritário-policial e blindar seu clã e seu governo.

Avança na implementação de uma agenda ultraliberal, de desmonte do Estado e de corte de direitos do povo. Põe em prática uma concepção tipicamente neocolonial, de capitulação, que resulta em subordinar o Brasil aos interesses dos Estados Unidos. Em síntese, uma força de extrema-direita de feição fascista, com evidentes liames com a turba miliciana, que ocupou significativo espaço no cenário político e social, está instaurada no governo, instrumentaliza o Estado e se configura numa ameaça à democracia.

Com irrisória taxa de investimento, elevada concentração de renda e com o acelerado empobrecimento do povo, o Brasil enfrenta a mais prolongada crise econômica da sua história. Prognósticos indicam que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), neste ano, será abaixo de 1%, com o agravamento do quadro de desemprego e acelerado processo de informalização econômica de consequências perversas e nefastas para os direitos dos trabalhadores e do povo em geral.

Os serviços públicos e os direitos sociais básicos – como saúde, educação, moradia, segurança – sofrem os impactos da Emenda Constitucional n. 95, do Teto dos Gastos, com sucessivos contingenciamentos e cortes. O resultado é um cenário de tragédia social. As áreas mais sensíveis que atingem diretamente a população mais pobre (educação, saúde e programas sociais) são gravemente afetadas, como também segmentos estratégicos (ciência e tecnologia, infraestrutura, etc.).

A ação do governo na arena internacional é uma demonstração de uma política externa que avilta a soberania nacional, afronta as tradições diplomáticas do país e reposiciona o Brasil no mundo, ao abrir mão de vantagens surgidas com a ordem multipolar. A possível nomeação do seu filho, Eduardo Bolsonaro, para a Embaixada em Washington, além de simbolizar essa relação de subordinação, expõe o país a um vexame internacional.

Bolsonaro mantém sua base social energizada e em pé de guerra. Até agora, ainda conta com cerca de 30% de respaldo na opinião pública e dispõe de um azeitado exército cibernético que executa a guerra criminosa e suja contra a oposição. Contudo, cresce o desgaste do governo. Na pesquisa do *DataFolha* divulgada em 2 de setembro sua reprovação foi a 38%, maior marca na história dentre presidentes no primeiro mandato, ou seja, sua aprovação derrete celeremente, enquanto a rejeição cresce vertiginosamente.

É crescente a mobilização de amplos setores da população. Destaque para as mobilizações da educação liderados pela juventude e dirigidos pela UNE e a UBES, a Marcha das Margaridas e as manifestações de indignação com o incentivo de Bolsonaro ao desmatamento e queimadas na Amazônia, através do desmonte das estruturas e normas fiscalizatórias, com graves impactos no meio ambiente e favorecimento de grandes grupos econômicos, inclusive estrangeiros, interessados na exploração econômica e comercial da região.

**NOSSA TAREFA CENTRAL É CONSTRUIR A FRENTE AMPLA DEMOCRÁTICA**

A tarefa central da tática é a articulação de uma frente ampla que tenha como eixo da unidade a defesa da democracia e da Constituição. A emergência da luta democrática se impõe, exige reunir múltiplas forças e oposições para além da esquerda e centro-esquerda. Com esse objetivo, a resistência precisa dialogar com todas as forças políticas, econômicas, sociais e culturais, com amplitude e sagacidade. O recente ato no TUCA (PUC-SP), do qual nosso partido participou entusiasticamente, representou um primeiro passo na construção de uma frente ampla para isolar e derrotar o bolsonarismo e suas ações e manifestações que ameaçam a Nação.

No Distrito Federal, temos uma situação com espaços a serem explorados em favor do desenvolvimento de nossa tática e possibilidades de vitória das forças progressistas e do Partido. O governo Ibaneis comporta um espectro amplo de forças que permite uma atuação nessa direção, pois também são evidentes as contradições entre as políticas públicas que interessam à sociedade e que podem e devem ser desenvolvidas pelo poder local e a desastrosa política econômica ortodoxa-fiscalista coordenada por Guedes/Bolsonaro, voraz no processo de desnacionalização e desindustrialização da economia, bem como na supressão de direitos e no favorecimento do grande capital financeiro.

Alguns sinais são evidentes dessas contradições. O governador assinou com outros 13 governadores, inclusive Flávio Dino, manifesto contra o famigerado decreto de armas e criticou as comemorações do golpe militar. Apoiou a realização do Congresso da UNE, da Marchas das Margaridas e outros movimentos na Capital.

Além disso, cabe destacar o fato de que o Partido Pátria Livre do Distrito Federal (PPL-DF) apoiou o então candidato Ibaneis Rocha ainda no primeiro turno das eleições de 2018, compondo, inclusive, a chapa majoritária com o então candidato ao Senado Federal, João Pedro Ferraz, hoje Secretário de Estado do Trabalho, respondendo, cumulativa e interinamente, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Atualmente, na SETRAB, destacamos as ações de inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, melhoria das relações de trabalho e incentivo a políticas de apoio ao empreendedorismo com microcrédito.

 Tanto Ferraz, quanto João Vicente Goulart, à época, presidente do PPL-DF, ambos com reconhecida trajetória nas lutas trabalhistas e nacionalistas, integram os quadros do PCdoB, entre outras e outros dirigentes, filiados e filiadas daquela organização, em razão do vitorioso processo de incorporação que uniu nossas legendas na defesa comum de um projeto de Nação Soberana e na luta contra as graves ameaças desferidas pelo bolsonarismo.

Outros quadros históricos e históricas do PCdoB também ocupam espaços na administração pública local que devem servir de instrumento para a defesa de políticas públicas que possam contribuir no enfrentamento da grave crise econômica que atinge também a nossa Capital e o desemprego que vitima nossos trabalhadores, especialmente os mais pobres. Devemos acompanhar o desenvolvimento da participação dessas e desses militantes no governo e ajudá-las e ajudá-los na formulação de propostas e políticas que possam melhorar a vida da população do Distrito Federal.

Pela experiência de nossos quadros e militantes, e com base na trajetória do partido, também podemos atuar fortemente na formulação de políticas públicas em áreas que sofrem flagrante retrocesso em razão dos ataques promovidos pelo governo federal e suas políticas, com destaque para a área de Educação, cujas possibilidades de avanço em matéria de qualidade de ensino são reais e possíveis a partir da construção de uma gestão democrática e eficiente, valorização dos profissionais da área e priorização dos investimentos em setores estratégicos.

Outro desafio do partido, com base nas resoluções nacionais, é buscar uma solução negociada para o grave problema da segurança pública que atinge o Distrito Federal e também o ambiente escolar. Propostas e políticas públicas , como a gestão compartilhada, só devem ser implantadas respeitando-se a vontade da comunidade expressa em consulta democrática. O caminho do diálogo, da parceria com outras instituições públicas e do respeito aos profissionais e conquistas pedagógicas deve nortear nosso posicionamento e nossa contribuição no enfrentamento desse importante desafio.

Por fim, na questão das “privatizações”, cabe, no plano do diagnóstico, identificar as imensas dificuldades financeiras e orçamentárias enfrentadas atualmente por governos estaduais para manter e sustentar empresas públicas em áreas vitais e estratégicas para a população, como energia, água, saneamento, entre outras. O Distrito Federal, que conseguiu preservar sob o controle estatal algumas dessas empresas, não foge a essa realidade adversa, o que está levando o governo local a buscar pelo caminho das privatizações a solução dos problemas de caixa.

No entanto, pela experiência que o partido já vivenciou em outras unidades da federação, em áreas de monopólio natural (geração de energia, fornecimento de água, saneamento básico, metrô, etc..), as privatizações resultaram, invariavelmente, na depreciação dos serviços prestados à população, na elevação das tarifas e no fim das políticas sociais dirigidas às populações de baixa renda.

Portanto, nossa atuação, no plano partidário, deve ser de apresentar soluções que preservem sob o domínio público as conquistas que representam essas empresas e seus serviços reconhecidamente de qualidade e, muitos, quase universais. Da mesma forma, dirigentes sindicais do partido nessas áreas devem atuar no sentido de promover uma ampla mobilização e conscientização da sociedade, sem prejuízo do diálogo institucional indispensável à construção de soluções que preservem e fortaleçam essas conquistas.

**O POVO DO DF E DO BRASIL PRECISA DE UM PCDOB FORTE!**

Construir a frente ampla para garantir a democracia, defender a Constituição Federal e barrar Bolsonaro e seu Governo alinhado aos EUA, e promover a disputa política no Distrito Federal, exigem um PCdoB forte o suficiente para desenvolver no seio do povo essa orientação tática e fazê-la triunfar junto aos aliados e aliadas políticos e sociais capazes de se unirem em torno desse projeto comum.

A incorporação do Partido Pátria Livre – PPL ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB trouxe filiadas, filiados, militantes, lideranças e quadros partidários que fortalecem nossas posições para travar as batalhas e conquistar vitórias.

O Partido deve buscar revigorar o trabalho entre o povo, nos movimentos sociais, na frente de luta de ideias e na frente institucional e eleitoral, para firmar a identidade político-eleitoral do Partido e uma imagem positiva na sociedade, com base no Programa do Partido, construção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento e de defesa da perspectiva Socialista, assim como no fortalecimento da autoridade política de nossas lideranças populares junto ao povo, para trazer esperança e fé no Brasil e no futuro da humanidade.

Temos que ter a construção do projeto eleitoral de 2022 como um norte fundamental para o Partido. Nossa ação política deve se vincular ao foco central do planejamento estratégico do PCdoB de ultrapassar a cláusula de barreira nesta eleição e de ampliar nossa bancada de deputados federais, principalmente.

**AS TAREFAS**

As tarefas partidárias para o próximo ciclo visam nortear nossa ação na construção de um Plano Regional de Estruturação Partidária.

1. Fortalecer os Comitês das Cidades e Organizações de Base para dirigirem a militância partidária na ação política e na luta social, que devem ter vida orgânica regular. Descer o centro de gravidade da atividade partidária para os principais Comitês de Cidades, mobilizando uma rede ativa de Organizações de Base, Coletivos e Frações de Entidades, para desenvolverem campanha permanentes junto ao povo, nas suas áreas de atuação, contra o desemprego, em Defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, do direito de moradia digna, dos direitos das mulheres e contra o feminicídio, pela igualdade racial, a partir de ações unitárias com outras forças políticas mas também com iniciativas próprias do Partido.
2. Fortalecer a atividade militante individual e coletiva dos membros do Partido, com base na execução de Plano de Formação teórica, política e ideológica, que estimule a gratificação pessoal pela participação na nossa luta e a disciplina coletiva na busca de objetivos partidários em todas as frentes de atuação.
3. Elaborar um Plano Regional de Comunicação, que preveja a constituição de um Núcleo de Comunicação, com a produção de diversos produtos, principalmente digital. Para isso serão feitos esforços financeiros e militantes para viabilizá-lo.
4. Buscar a autossustentação financeira e material do Partido, cumprindo rigorosamente as regras estatutárias.
5. Eleger Territórios Estratégicos (Cidades, Universidades, escolas, Bairros, empresas e Categoria de Trabalhadores e Trabalhadoras) para construir bases de massa da CTB, CGTB, UJS, UBM, FM, UNEGRO, UNALGBT, formadas por grupos numerosos de militantes partidários, ativistas sociais, culturais e intelectuais que sirvam de apoio à formação e projeção de novas lideranças.
6. Promover debates sobre o projeto de desenvolvimento para o Distrito Federal, com propostas para a geração de emprego e renda, saúde, educação, mobilidade urbana, moradia, cultura e segurança.
7. Acompanhar e apoiar a atuação dos quadros e militantes que ocupam espaços no governo.
8. Construir desde já o Projeto Eleitoral de 2022, a partir dos candidatos que participaram do pleito de 2018 pelo PCdoB e pelo PPL, do lançamento de militantes partidários na tarefa de serem candidatas e candidatos e da filiação de lideranças políticas, especialmente entre ativistas do trabalho social e comunitário, sindical, juventude e mulheres para compor elenco representativo e competitivo de candidaturas.
9. Manter mobilizada a base política eleitoral das candidaturas que integraram as chapas do PCdoB e PPL nas últimas eleições, pela ação partidária dos Comitês das Cidades, pelas lutas dos movimentos sociais e pela nossa participação institucional.
10. Definir projetos políticos para as pré-candidatas e os pré-candidatos, com metas e objetivos, e envolver os órgãos e a militância partidária nessas ações.

Brasília (DF), 8 de Setembro de 2019

**O COMITÊ REGIONAL DO PCDOB DO DISTRITO FEDERAL**